

O feminicídio de Campinas e o ar indiferente de uma questão de gênero

O artigo de Carol Patrocínio, [replicado](#) pelo *Ópera Mundi*, faz uma excelente análise dos diversos trechos da carta de Sidnei Ramis de Araújo, que matou a mulher, o filho de 8 anos, dez convidados de uma festa de fim de ano - oito delas mulheres - e depois se suicidou, em Campinas.

[\(Carta Campinas, 15/01/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Pela análise de Carol, e pelo conteúdo da carta deixada, o que parece difícil é justamente a percepção dos homens sobre a violência de gênero e os estereótipos de gênero. E isso nos remete a um terreno que convém repisar, para tentar avançar na mudança da cultura que naturaliza a violência de gênero e a submissão das mulheres - ainda que tenhamos prosperado tanto nos últimos anos, ocupando todos os espaços e tornando transversal a questão de gênero.

Para avançar na equidade e desnaturalizar a violência, é fundamental que discutamos o problema em nível de educação - tanto formal, quanto informal.

Sabemos que boa parte dos homens que são autores de violência vivenciaram-na quando crianças entre seus pais, e, sem ter onde discuti-la, passaram com o tempo a considerar natural, e depois a reproduzir, um comportamento vivido inicialmente de forma traumática.

É por isso que, no que diz respeito à educação formal, batalhamos tanto por incluir, no Plano Nacional de Educação, assim como no Estadual e no Municipal, a discussão das “Questões de Gênero”.

Infelizmente, a bancada evangélica conservadora, seguida de demais segmentos conservadores - ou interessados no voto de fiéis das diversas igrejas, dada a proximidade das eleições municipais - terminaram por derrubar o que rebatizaram de “ideologia de gênero”, a pretexto de que

“estimularia a pedofilia”!?!...

Mais, passaram a estimular os pais a denunciar professores e escolas que ousassem discutir qualquer questão de gênero - tendo inclusive conseguido que dois professores mais corajosos fossem demitidos.

Tentam agora aprovar o projeto “Escola sem Partido”, que proíbe debates sobre política (como se um professor de história pudesse ensinar qualquer período sem discutir a política que o envolve e justifica!), entendida em seu sentido mais amplo possível.

Embora o projeto tenha provocado manifestações de repúdio e crítica, ainda não estamos livres do risco de sua aprovação, antecipado pela redução das matérias obrigatórias no 2º. Grau: foram excluídas História, Geografia, Filosofia, Educação Física, Música ou qualquer outra que não seja português, matemática e inglês - ou ensino técnico.

Perdemos assim este espaço fundamental para discutir e desnaturalizar a violência de gênero, os estereótipos, a discriminação racial ou por orientação sexual, as diversas formas e pretextos para o bullying, etc.

E perdem, esta e a próxima geração, a oportunidade de ter um espaço privilegiado para repensar os preconceitos. Não seria hora de calcular o enorme prejuízo social que a ausência de debate sobre as questões de gênero nas escolas provoca, e tentar reverter isso?

Mas há também outra poderosa educadora, esta informal, que deveria contribuir com o processo de desnaturalização da violência de gênero, mas faz exatamente o contrário: a velha mídia.

No caso de Campinas, a grande mídia agiu conforme sua tradição de ora banalizar, ora espetacularizar a violência de gênero. Ainda no fim de 2016, num dos programas de maior audiência dominical (*Domingão do Faustão*), o apresentador declarava que algumas mulheres sofriam violência doméstica porque “gostavam de apanhar”... E, embora a [Rede Mulher e Mídia](#) tenha entrado com processo exigindo retratação e direito de resposta, só recebemos em resposta o silêncio e a alegação de que a Globo não havia recebido a carta - que lhes foi entregue por uma portadora nossa, em nosso nome...

Pouco tempo antes, o programa Zorra Total fazia humor insinuando que a mulher vítima de assédio no transporte público deveria “aproveitar”... a “delícia” do assédio? A violência que isso representa?!

No caso específico de Campinas, a grande mídia simplesmente reproduziu, acriticamente, a carta deixada pelo assassino. Divulgou-a, portanto.

No caso relativamente recente do estupro da jovem por 33 rapazes, no Rio de Janeiro, fartamente noticiado na grande mídia, a divulgação, como foi feita, resultou no aumento do índice de estupros do mês seguinte...

Há países que têm normas para a divulgação de casos de violência. Na Espanha, por exemplo, a mídia pode noticiar qualquer caso de violência de gênero, desde que preserve a identidade da vítima; preserve a identidade do autor da violência, até que se prove ser ele de fato o autor; divulgue a matéria incluindo uma entrevista com algum/a especialista que a analise e informe sobre a estrutura existente para defesa da vítima, de modo a lhe oferecer alternativas ao convívio continuado com o autor da violência; e acompanhe obrigatoriamente o caso até o fim, para demonstrar que a violência é passível de punição ... e, de fato, punida.

Na *Ley de los Medios* da Argentina, há fiscalização e cláusulas que proíbem a divulgação de violência física, psicológica, patrimonial e simbólica. Entende-se por “violência simbólica” a reprodução de estereótipos e preconceitos...

No Brasil não há regra nenhuma, e a grande mídia faz o que bem quer... E ainda reage a qualquer normatização, taxando-a de “tentativa de censura”... Como se fossem eles os defensores da “liberdade de expressão” (lamentavelmente reduzida, no caso deles, à “liberdade de expressão comercial”, e no nosso, “à democratização do acesso à mídia, ao dever de mostrar a diversidade da população e a pluralidade de opiniões, etc.”).

Não temos sequer leis de punição ao estímulo do ódio de gênero, na grande mídia e nas redes sociais. Queremos a internet livre, mas falta, como há em praticamente todas as democracias, leis que punam o estímulo às diversas modalidades de ódio, incluindo o de gênero.

Temos que punir o feminicídio e todas as formas de violência de gênero. Mas

temos também que desnaturalizar a violência na cultura, de modo que ela não mais pareça normal e corriqueira.

Para tanto, urge alcançar e amplificar esta visão em todas as estruturas e espaços de educação formal e informal, e de comunicação. É preciso e urgente que avancemos neste sentido e que contemos com o apoio e solidariedade de todos os segmentos sensíveis a estas questões. (Do [OutrasPalavras](#)).

Escrito Por Rachel Moreno